

ARTIGO

Estado e doutrina de contrainsurgência: o caso do Movimento de Três Passos¹

Gabriel Pancera Aver²

Como citar este artigo: AVER, Gabriel Pancera. Estado e doutrina de contrainsurgência: o caso do Movimento de Três Passos. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 5, n. 1, e 14916. ISSN: 2525-8036.

Resumo: tendo como objeto de análise o primeiro movimento armado contra a ditadura militar no Brasil, a saber, a operação de Três Passos (1965), o presente artigo tem como objetivo analisar a construção discursiva da mídia sobre o movimento e seus integrantes. Para isso, foram analisadas as reportagens da Folha de São Paulo e do jornal Correio do Povo veiculadas durante as atividades do movimento, a fim de discorrer sobre como a mídia, inserida em um contexto singular de ascensão dos militares ao poder, construiu seu discurso sobre a referida organização armada. À luz da perspectiva teórica de Marini (2018), logrou-se identificar como o caráter contrainsurgente assumido pelo Estado neste período foi reproduzido no discurso da mídia. Assim sendo, é possível identificar como os jornais colaboraram na caracterização do movimento como inimigos internos (infiltrados), exteriores e alheios à sociedade brasileira e que, portanto, deveriam ser aniquilados a fim de que fosse resguardada a ordem democrática. Deste modo, a análise leva em consideração o alinhamento do discurso midiático com o discurso produzido pelo próprio Estado e possibilita compreender como a doutrina de contrainsurgência foi reproduzida nos discursos jornalísticos sobre o primeiro movimento armado contra a ditadura militar no Brasil.

Palavras-chave: contrainsurgência; Estado; doutrina; ditadura; Três Passos.

Recebido em 11.08.2019

Aprovado em 02.04.2020

Publicado em 05.05.2020

¹ O presente artigo é resultado da pesquisa desenvolvida pelo autor como requisito para conclusão do curso de Bacharel em Ciência Política e Sociologia (UNILA) e contou com a orientação da Profa. Dra. Maíra Machado Bichir (ILAESP/UNILA), a quem agradeço.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOC/UEL). E-mail: aver_gabriel@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0951-5292>

1 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O MOVIMENTO DE TRÊS PASSOS

Com a consolidação do golpe militar de 1964 diversos atores políticos brasileiros acabaram se exilando devido à instabilidade política instaurada. No contexto dos exílios, as diversas correntes progressistas se encontravam e o debate acerca da retomada do poder político no Brasil tinha proeminência. Deste modo, o cruzar a fronteira foi um processo fundamental para que, do exterior, articulações políticas fossem planejadas e estabelecidas. Como destaca Cademartori (1993), na maioria dos casos, pela facilidade geográfica, países limítrofes eram escolhidos como rota de fuga.

O Movimento de Três Passos surge no contexto da fuga dos opositores ao regime militar aos exílios e, neste caso em específico, na fuga ao Uruguai. Ao não apresentar resistência ao movimento das tropas de Mourão³, Goulart⁴ foge do país em direção ao seu exílio em Montevideú. Em poucos dias, somaram-se à Goulart centenas de brasileiros e brasileiras, “[...] civis e militares, refugiados da repressão que grassava no Brasil” (CADEMARTORI, 1993, p. 120). Brizola⁵ chega a Montevideú como exilado apenas no dia 10 de maio de 1964, contudo, Cademartori (1993) afirma que, mesmo antes de sua chegada, já era possível identificar no grupo de exilados no Uruguai “[...] um embrião que os dividiria em dois grupos antagônicos em alguns momentos, mas unidos no desejo de retorno à situação pré-golpe: a divisão entre pró e contra a luta armada” (CADEMARTORI, 1993, p. 121), preponderando, entre eles, os favoráveis à reação armada. Naquele momento “[...] a ideia que prevalecia era a de que qualquer insurgência no sentido de retomar o poder perdido com o golpe de 31 de março seria facilmente vitoriosa” (CADEMARTORI, 1993, p. 132). As intenções dos exilados e exiladas era aproveitar as bases que o governo Goulart ainda mantinha no Brasil para, no prazo máximo de um ano, retomar o poder político.

A chegada de Brizola ao Uruguai foi um fator fundamental na organização e consolidação efetiva da operação de Três Passos. Dentre os aliados de Brizola, no que diz respeito ao referido Movimento, destaca-se a figura do Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. O então coronel havia sido exonerado do seu cargo militar e teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional 1, por ter sido denominado pelo Ministério da Guerra como “um comunista reconhecido” (CADEMARTORI, 1993, p. 123). Além de Osório, no

³O general Olímpio Mourão Filho teve um papel determinante no golpe de 1964. No dia 31 de março de 1964 colocou suas tropas “na rua” a fim de ocupar o estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro.

⁴João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como “Jango”, foi o 24º presidente do país, de 1961 a 1964. Deve-se ressaltar que Jango assumiu plenos poderes como presidente apenas em janeiro de 1963.

⁵Leonel de Moura Brizola foi governador do estado do Rio Grande do Sul (1959-1963) e do Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994).

processo de articulação do Movimento de Três Passos, destacou-se a figura de Alberi Vieira dos Santos. Como será apresentado a seguir, ambos tiveram protagonismo desde o planejamento até o desfecho do Movimento.

Em suma, a “[...] Operação Três Passos consistia basicamente no lançamento de uma senha. Um grupo pioneiro deveria tomar a cidade [de Três Passos-RS] e ler um manifesto conclamando a população à rebelião. A ação teria apoio imediato de Brizola e de vários comandantes de guarnições militares” (CADEMARTORI, 1993, p. 152). Em um primeiro momento, buscou-se estabelecer contato com políticos que se opunham ao regime militar, a fim de articular a possibilidade de início de uma ação que lograsse adesão de diversos militares da reserva e de militares cassados, como era o caso de Osório, além de planejar questões práticas do Movimento, como, por exemplo, o deslocamento (CADEMARTORI, 1993). A seguir, é possível identificar a rota do Movimento desde de seu início até seu desfecho.

FIGURA 1: MAPA DA ROTA DO MOVIMENTO DE TRÊS PASSOS



Fonte: Acervo Documentos Revelados, 2015.

O diário⁶ de Osório, redigido ao longo de todo o deslocamento dos insurgentes, do Uruguai à Três Passos, é uma fonte história primária com uma riqueza importante de detalhes que colaboram e enriquecem a reconstrução histórica do Movimento. Dentre os diversos relatos, destaca-se o apoio encontrado pelos participantes da ação insurgente em partidos

⁶ Publicado décadas após o fim do Movimento e apresenta detalhes importantes que contrapõe o discurso midiático de que os insurgentes de Três Passos não possuíam apoio de parcelas consideráveis da população da região. Como será apresentado no item 2.2, este foi um argumento significativo na lógica interna dos discursos da mídia.

políticos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, detalhando o apoio de alguns prefeitos e vereadores, assim como de pequenos proprietários de terras rurais e familiares (OSÓRIO, 2015).

No dia 15 de março, Osório saiu de Montevideu em busca de recursos para consolidar a operação Três Passos. No total, conseguiu levar mil dólares, que foram utilizados para a compra de “[...] três armas tcheca semiautomática, de 15 tiros, calibre 22, e mil tiros (munições) para cada uma” (PALMAR, 2012, p.289). No dia 18 de março Osório, Alberi e o companheiro Alcinor Ayres seguiram à Rivera, já em território brasileiro. Passaram pelos municípios de Livramento, Sepé e Catuípe, todos no interior do Rio Grande do Sul. Ao chegarem em Catuípe, “[...] dormiram na casa do subprefeito, que lhes emprestou um carro no qual seguiram até Campo Novo, passando a noite na casa de Silvano, irmão do ex-sargento” (MACHADO, 2017, p. 20). Chegando ao município de Campo Novo, Osório e Alberi contaram com o apoio de Valdetar Antônio Dorneles, “[...] que preparou um croqui de Três Passos [...] a região contava com um destacamento [militar] composto por 12 ou 13 homens, mais o presídio com uma guarnição de 08 homens” (PALMAR, 2012, p. 290).

O grupo de insurgentes chegou ao município de Três Passos na noite do dia 25 de março de 1965. Nessa noite, “[...] o grupo deixou a cidade sem comunicação telefônica, pois cortaram os fios da rede, e posteriormente tomaram o presídio e o destacamento da brigada militar, de onde levaram armas, munições e fardas” (PALMAR, 2012, p. 289). Narra-se ainda que

entraram no alojamento e mandaram os homens se levantarem e quando viram o coronel fardado se levantaram assustados, todos de cuecas. Jefferson e seus comandos apanharam todo o armamento existente no destacamento e mais fardamento e munições, atravessaram a rua e entraram no presídio. O guarda que guardava a portaria se assustou e correu para o fundo, que não tinha saída. O outro guarda viu e também fugiu (PALMAR, 2012, p. 290).

Partiram do presídio em direção à delegacia, contudo, encontraram o delegado no caminho e este declarou apoio ao Movimento e, sendo assim, os insurgentes seguiram em direção à rádio municipal de Três Passos (PALMAR, 2012; OSÓRIO, 2015). Chegando à rádio, obrigaram “[...] sob a mira de uma metralhadora, os proprietários a colocar a emissora no ar para ler um manifesto contra a ditadura militar que defendia as reformas de base e conclamavam o povo para a revolução” (PALMAR, 2012, p. 290).

Durante as ações do Movimento, o Exército brasileiro buscava localizar o grupo, a fim de suprimi-lo. Cabe ressaltar o especial receio do Exército de que o Movimento chegasse à Foz do Iguaçu (PR), tendo em vista que o então presidente Castelo Branco estava no município em razão da inauguração da Ponte Internacional da Amizade, que liga o Brasil ao

Paraguai. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CVN, 2019), o Exército deslocou uma grande quantidade de militares do sul e sudeste do país à região a fim de localizar o grupo, bem como helicópteros e aviões de reconhecimento. Ainda segundo o relatório da CVN (2019), o grupo foi localizado por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) nas proximidades rurais de Capitão Leônidas Marques (PR), no dia 27 de março de 1965, onde foram cercados por tropas militares.

Após encontrados, o grupo se dividiu em ambos os lados de uma estrada e, com a chegada da patrulha, os militares e os insurgentes entraram em confronto direto. No confronto, o sargento militar Carlos Argemiro de Camargo foi atingido por um dos disparos e faleceu (PALMAR, 2012). Assim sendo, foi acertada uma trégua para que o Exército pudesse recolher o corpo do Sargento atingido. Durante o cessar fogo, o grupo escondeu suas armas na mata e se dispersou almejando fugir da região. Contudo, aos poucos, os insurgentes foram sendo capturados. Jefferson Cardim foi preso no mesmo dia, enquanto Alberi foi preso dois dias depois, tentando cruzar a fronteira com a Argentina. Por fim, os insurgentes capturados, que somavam aproximadamente quinze homens, foram levados ao batalhão do Exército em Foz do Iguaçu (PALMAR, 2012).

Segundo relato publicado no Coojornal, em 1978, e disponível em Gaspari (2002), a chegada dos insurgentes de Três Passos em Foz do Iguaçu foi repleta de atos de violência psicológica e física. Relata-se que Alberi, quando preso, passou “[...] pela ‘operação escarro’ diante de uma comitiva de cuspidores à qual se juntavam civis” (COOJORNAL, 1978 Apud: GASPARI, 2002, p. 443). Além disso, narra-se que

cardim pagou sua conta na moeda dos vencedores. Antes de qualquer interrogatório, um capitão jogou-o no chão e, depois de chutá-lo, ordenou que a tropa “cuspsisse na cara desse filho da puta, comunista, assassino”. Foi espancado e crucificado nas grades de sua cela. Torturaram-no em três quartéis diferentes. Em um deles teve demência e foi submetido a tratamento médico (COOJORNAL, 1978 Apud: GASPARI, 2002, p. 443).

Cademartori (1993) afirma que Osório, ao chegar a Foz do Iguaçu, “[...] foi recolhido e amarrado junto às grades, com braços e pés suspensos, e lá permaneceu até a manhã do dia seguinte, quando iniciaram os interrogatórios feitos sob tortura” (CADEMARTORI, 1993, p. 203). A autora reforça ainda o uso da violência com os demais insurgentes ao afirmar que “[...] conforme iam sendo presos os rebeldes, passavam a receber o mesmo tratamento dispensado ao ex-coronel: eram amarrados às grades das celas, permanecendo deste modo durante os primeiros dias” (CADEMARTORI, 1993, p. 204). Assim sendo, o Exército logrou

dispersar as mobilizações relacionadas à operação de Três Passos e suprimir, por definitivo, o Movimento.

Pôde-se, nesta primeira seção, traçar algumas considerações históricas sobre o Movimento de Três Passos a fim de localizar o/a leitor/a acerca do objeto proposto. Tendo em vista que temos como objetivo analisar o discurso dos jornais Folha de São Paulo e Correio do Povo acerca do Movimento, faz-se necessário compreender o contexto em que esses discursos foram emitidos e, de mesmo modo, justificar as escolhas metodológicas da análise. Passemos, portanto, à estas questões.

2 A AMBIGUIDADE DA MÍDIA: A LEGITIMAÇÃO DO GOLPE E O CONTEXTO DE TRÊS PASSOS

Não pretendemos aqui realizar um levantamento bibliográfico extenso sobre o contexto, as disputas e o apoio da mídia ao regime militar, tendo em vista que a bibliografia a respeito é vasta e complexa. Objetiva-se traçar um panorama sobre o tema a fim de estarmos aptos a identificar alguns pontos específicos sobre as reportagens analisadas no item 2.2.

Ao trabalharmos com a ideia de mídia esbarramos na impossibilidade de tratarmos os diversos veículos de divulgação e circulação de notícias dentro de um bloco homogêneo. Oliveira (2017), por exemplo, aborda a construção discursiva do Jornal Nosso Tempo, com abrangência regional no oeste do Paraná, durante a ditadura militar e destaca que o jornal manteve uma perspectiva crítica que, constantemente, denunciava as arbitrariedades do regime militar.

Contudo, pode-se afirmar que, em geral, as grandes corporações midiáticas atuaram como mecanismos fundamentais da veiculação da propaganda do governo ditatorial, apoiando amplamente a ascensão dos militares ao poder: “[...] a imprensa foi um dos principais instrumentos ideológicos na preparação e instalação do golpe de Estado, uma vez que a imprensa declarou abertamente o seu apoio à intervenção militar” (MACHADO, 2017, p. 57).

Como destaca Motta (2013), desde o golpe de 1964 a grande mídia nacional apoiou a ascensão dos militares ao poder, passando a conferir uma forte base para a “[...] ala liberal dos apoiadores de 1964” (MOTTA, 2013, p. 63), ou seja, “[...] os jornais flertavam com a ala “liberal” dos apoiadores de 1964, que temperavam seu amor pela liberdade com notável transigência às intervenções autoritárias para defesa do status quo” (MOTTA, 2013, p. 63). Nesta perspectiva, o autor destaca a relação dos primeiros anos do golpe (1964-1970) entre mídia e Estado como uma relação ambígua e complexa, isto é, que variava entre apoiadora e crítica ao regime militar.

Esta ambiguidade e complexidade afirmada por Motta (2013) residia justamente na convergência da mídia com a políticas e com os discursos anticomunistas do regime militar, afirmando que o novo regime político instaurado a partir de março de 1964 tinha como objetivo resguardar a ordem democrática. Contudo, opuseram-se às medidas autoritárias que, de forma gradual e lenta, começaram a ser sentidas com a ascensão dos militares ao poder. Essas medidas autoritárias começaram a ser percebidas desde o ato institucional 1, sendo reforçadas pelos AIs subsequentes e pela instituição da censura (MOTTA, 2013).

Em suma, percebe-se que a complexidade e a ambiguidade da relação entre a mídia e a ditadura estão profundamente ligadas à disputa discursiva acerca do caráter da ascensão dos militares ao poder. Isto é, a despeito da evidente repressão aos jornalistas e da censura prévia da publicação dos editoriais e dos programas de rádio e TV, a mídia aderiu ao discurso de que o regime militar era a única saída para a manutenção da democracia no Brasil (MOTTA, 2013).

Nesse contexto, de amplas e acirradas disputas políticas, que perpassavam as diversas esferas da sociedade civil, entre elas, a mídia, é que as reportagens que serão apresentadas a seguir foram veiculadas. Cabe novamente destacar que o Movimento de Três Passos aconteceu apenas um ano após o golpe de 1964, sendo um momento onde o regime militar ainda não estava plenamente estabelecido e nem havia consolidado, com maior rigor e institucionalidade, suas políticas de controle e vigilância total dos conteúdos midiáticos. Sabendo disto, passemos às considerações metodológicas acerca da análise das reportagens sobre o Movimento em questão.

2.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Tendo como objetivo analisar⁷ a construção discursiva de dois jornais sobre o Movimento e seus integrantes, a presente análise buscou compilar as reportagens veiculadas durante os dias em que o Movimento esteve em atividade. Existe, entretanto, uma dificuldade metodológica inerente à proposta desta análise, a saber, a escassez de registros jornalísticos sobre o Movimento que podem derivar de dois fatores: a) A atuação regional do Movimento e, sendo assim, a baixa divulgação das ações da guerrilha na mídia impressa; b) A dificuldade

⁷ A análise proposta neste artigo constitui um fragmento do trabalho de conclusão de curso de graduação do autor, que pode ser consultado na sua íntegra, caso seja pertinente ou de interesse do/a leitor/a aprofundar as questões metodológicas e conferir o processo de análise dos documentos e dos discursos dos jornais citados. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4340>. Acessado em 10 de abril de 2020.

de acesso a fontes primárias. Contudo, foi possível resgatar duas reportagens⁸ veiculadas em dois jornais impressos, a saber, a Folha de São Paulo e o Correio do Povo, respectivamente. A reportagem da Folha de São Paulo foi veiculada no dia 27 de março de 1965 e a do Correio do Povo no dia subsequente.

Entende-se e evidencia-se a limitação desta análise devido à reduzida quantidade de fontes primárias a serem analisadas, portanto, a presente análise se configura como uma análise micro, centrada no contexto regional de Três Passos. Deste modo, não há pretensões de traçar generalizações sobre o comportamento midiático como um todo frente ao cenário nacional. No contexto histórico analisado, a rádio era uma importante ferramenta de circulação de notícias e poderia servir como uma rica fonte de informações, contudo, não foram encontrados registros de programas de rádio deste período em que fossem narrados os acontecimentos de Três Passos. Contudo, por meio das reportagens analisadas, é possível identificar diversos elementos discursivos que nos permitem compreender a lógica interna das reportagens, o que possibilita a contemplação do objetivo proposto.

Optou-se por analisar os discursos midiáticos, pois assume-se que “os discursos jornalísticos, são responsáveis por mobilizar a sociedade, influenciando o modo de ela ver, sentir ou se posicionar sobre o acontecimento” (MACHADO, 2017, p. 57). Nesse sentido, algumas considerações sobre a forma das reportagens devem ser pontuadas. Primeiramente, percebe-se que grande parte dos textos veiculados constituem-se como a reprodução na íntegra das notas oficiais do Exército sobre as movimentações e ações do grupo insurgente, o que nos possibilita analisar os paralelos entre o discurso da mídia e a reprodução do discurso do próprio regime militar. Neste sentido, assumindo que o discurso jornalístico mobiliza a sociedade, influenciando sua forma de ver, sentir e se posicionar sobre algo, entende-se que os jornais em questão colaboraram na divulgação do discurso do próprio regime militar, colaborado na reprodução da forma como este concebia o Movimento em meio a sociedade.

Além disso, é interessante ressaltar que ambas as reportagens convergem muito na articulação discursiva, é dizer, se assemelham em sua estrutura (ampla divulgação das notas oficiais do Exército), nos argumentos utilizados para narrar os acontecimentos e na forma como concebem o Movimento e seus integrantes. Deste modo, na construção da análise, serão demonstradas as particularidades de cada jornal, entretanto, a análise será construída correlacionando ambas as reportagens, analisando-as de forma paralela.

⁸As reportagens são de acesso público e podem ser consultadas na íntegra por meio dos hiperlinks disponibilizados nas referências bibliográficas.

Portanto, partindo dessas premissas, buscou-se analisar a construção da lógica interna dos discursos dos jornais, compilando as categorias discursivas articuladas nas reportagens e nas notas oficiais do Exército, a fim de reconstruir o discurso emitido sobre o Movimento de Três Passos. Na subseção seguinte, as categorias discursivas serão apresentadas para, posteriormente, serem analisadas à luz das perspectivas teóricas de Marini (2018).

2.2 INCONSISTÊNCIA E AUTORIDADE: OS DISCURSOS DA FOLHA DE SÃO PAULO E DO CORREIO DO POVO

Dentre os diversos elementos discursivos presentes nas reportagens analisadas, duas categorias discursivas podem ser compiladas: a) a inconsistência do Movimento; b) a existência de uma autoridade instituída. Os diversos elementos discursivos perpassam essas duas categorias e conformam a lógica interna do discurso jornalístico presente nas reportagens analisadas.

A inconsistência do Movimento aparece como categoria discursiva em ambas as reportagens, contudo, sustentada a partir de argumentos distintos. No jornal Correio do Povo a referente categoria é sustentada a partir da personificação do Movimento, ou seja, os insurgentes são concebidos como subordinados às ordens de Osório, sem muito questionar ou refletir acerca de seus atos. O uso de sentenças como “rebeldes que obedecem a comandos do ex-coronel Jeffersom Cardim”, “guerrilheiros do ex-coronel Jeffersom Cardim” e “homens comandados por Cardim” (CORREIO DO POVO, 1965) possibilitam vislumbrar a narrativa do jornal sobre a concentração do planejamento e das tomadas de decisões na figura de Osório, como se os demais integrantes do Movimento estivessem alheios à organização e concepção da operação, participando dela sem questionar o reflexionar sobre.

De outro modo, no jornal Folha de São Paulo, a inconsistência do Movimento é sustentada por outro viés argumentativo. A fundamentação argumentativa encontra-se nas limitações geográficas e numéricas (número de integrantes) do Movimento. Expressões como “golpe insignificante”, presente no subtítulo da reportagem, e “pequeno grupo que reuniu uma pequena quantidade de armamento” e “atuação inexpressiva e de âmbito restrito” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1965) sustentam a argumentação acerca do isolamento, da limitação numérica e da atuação em âmbito restrito do grupo como fundamento argumentativo da reportagem em relação à inconsistência do movimento. De mesmo modo, o segundo elemento discursivo presente na reportagem refere-se à falta de apoio ao movimento, segunda a qual,

afirma-se que os insurgentes não lograram adesão⁹ na sociedade civil e, portanto, não representavam uma ameaça substantiva. Cabe ressaltar ainda que a personificação do Movimento, assim como no jornal *Correio do Povo*, aparece no jornal *Folha de São Paulo*, mas sem a mesma intensidade e relevância com que aparece no *Correio do Povo*.

Sendo assim, nas reportagens analisadas a inconsistência do Movimento está ligada a dois elementos discursivos: a personificação e a atuação em âmbito restrito. Assim sendo, concebem a operação como incapaz de concretizar seus objetivos, abordando-o como uma operação com baixa coesão, adesão e impacto. Nesse sentido, a segunda categoria discursiva, a saber, a existência de uma autoridade instituída colabora para a compreensão da primeira categoria, tendo em vista que a inconsistência do Movimento está relacionada com a baixa capacidade do Movimento ser exitoso frente a organização do Estado brasileiro.

A categoria referente à autoridade instituída do Exército, à qual o movimento se opunha, também aparece em ambas as reportagens, ainda que de modo e com intensidade distintas. No caso do jornal *Correio do Povo* a existência de uma autoridade instituída aparece por meio da análise da caracterização do Movimento: a reportagem, desde seu início, apresenta o Movimento como agentes que atacam duas cidades do oeste rio-grandense (Três Passos e Tenente Portela). Nesse sentido, ao longo da reportagem, os integrantes do movimento são denominados como rebeldes, desordeiros e insurretos. Resgatar o sentido antônimo das palavras utilizadas pelo jornal para categorizar o Movimento é um exercício interessante para compreendermos a construção narrativa do *Correio do Povo*. Os antônimos da palavra rebeldia são: submissão, obediência e subordinação. Da palavra desordem são: hierarquia, comando, ordem, organização, estruturação. E, por fim, os antônimos da palavra insurreição são: submissão, sujeição e dependência. Portanto, pode-se afirmar que se o jornal parte da ideia de que há rebeldia, desordem e insurreição nas ações do movimento há, de outro lado, uma ordem, hierarquia, organização e estruturação à qual os sujeitos devem seguir e respeitar. Partindo desta perspectiva, compreende-se o porquê o jornal denomina as ações do movimento em Três Passos e Portela como “assalto” e “ataque”, tendo em vista que as ações desafiavam a ordem, a hierarquia e a organização vigente.

No jornal *Folha de São Paulo* a ideia de uma autoridade instituída aparece por meio da ideia de ordem social e na transmissão de uma mensagem de súplica por calma e ordem vinda do Exército. Nesse sentido, a *Folha de São Paulo* optou por recortar trechos específicos

⁹O diário de Osório (2015) destaca o apoio de diversos políticos estaduais e municipais, bem como de pequenos produtores rurais e familiares na execução da operação de Três Passos, trazendo uma colaboração historiográfica importante em contraposição à afirmação da *Folha de São Paulo* sobre a falta de adesão da sociedade civil.

das notas oficiais do Exército. Um dos trechos utilizados na reportagem faz referência exatamente a esta questão relativa à ordem social:

Pede-se calma à população, não dando crédito a boatos alarmistas, pois as medidas repressivas cabíveis já foram tomadas pelos comandantes do III Exército da região militar, em ligação com os governos dos estados do Paraná e Santa Catarina. Qualquer outro informe será dado por intermédio da imprensa tão logo obtido pelas autoridades. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1965).

Percebe-se, portanto, como as fontes de informações confiáveis que se opunha em veracidade aos “boatos alarmistas” e, do mesmo modo, à fonte que “elucidará os fatos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1965) está concentrada nas mãos do Exército que, neste momento, era o poder executivo nacional. Deste modo, percebe-se a concentração da “veracidade” dos fatos, da narrativa correta e da verdade nas mãos das forças armadas nacionais. O uso indiscriminado de trechos parciais ou integrais das notas das forças armadas do Brasil nas reportagens permite vislumbrar como a ideia de uma ordem que não estava sendo abalada pelas ações dos insurgentes e que os mantinha sob controle foi amplamente divulgada pela mídia.

Desta maneira, o Exército como concentrador da narrativa verídica, que passava a ideia de que o Movimento não lograva perturbar a ordem estabelecida, bem como a descrição do Movimento, nos possibilitam identificar como a narrativa jornalística trazia consigo a ideia de uma ordem estabelecida, à qual o Movimento se opunha e visava perturbar, mas que, ao mesmo tempo, não se abalava frente as ações dos insurgentes, mantendo-os sob controle e tutela.

Para que seja possível traçar algumas considerações teórico-analíticas sobre as categorias acima elencadas, faz-se necessário retomar as concepções teóricas de Marini (2018) a fim de que localize o/a leitor/a sobre as perspectivas teóricas que fundamentam a análise proposta.

3 O ESTADO E A DOUTRINA DE CONTRAINSURGÊNCIA

Ao discorrer sobre os Estados latino-americanos durante a segunda metade do século XX, período no qual vivenciou-se a ascensão de militares ao poder político em diversos países do continente, Marini (2018) indaga como o contexto histórico, denominado por ele como contrarrevolucionário, afetou o caráter dos Estados da América Latina. Nesse sentido, afirma-se que “a vigência de um processo contrarrevolucionário incide necessariamente sobre o Estado, afetando-o em sua estrutura e funcionamento” (MARINI, 2018, p. 01).

Para o autor, são três as vertentes explicativas da emergência de um contexto contrarrevolucionário na América Latina. A primeira está relacionada à mudança da estratégia estadunidense, entre os anos de 1950 e 1960, sob o governo de Kennedy, acarretada pelos diversos processos “revolucionários” que ascenderam em países como Vietnã e Cuba. Tendo sua hegemonia ameaçada, dentro do contexto da guerra fria, os Estados Unidos obrigaram-se a alterar suas políticas em relação aos países latino-americanos, a fim de garantir a manutenção do apoio destes (FICO, 2008; MARINI, 2018).

A segunda vertente explicativa da contrarrevolução latino-americana é a transformação das burguesias nativas, ou seja, a modificação do bloco político dominante dentro dos Estados. A base objetiva deste fenômeno consiste na integração das economias latino-americanas ao imperialismo mediante o investimento direto de capital estrangeiro, gerando a subordinação tecnológica e a penetração financeira (MARINI, 2018).

Por fim, a terceira vertente relaciona-se com a emergência de movimentos de massas, dentre as quais o autor destaca os movimentos de camponeses, a revolução boliviana (1952), a guatemalteca (1944-54), dentre outras. Em suma, argumenta-se que “este amplo movimento de massas que irrompe nas brechas dos sistemas de dominação criadas pela fratura do bloco no poder e que incide no sentido de agravar as contradições existentes” (MARINI, 2018, p. 5), levaram à reação burguesa violenta, gerando o caráter contrarrevolucionário do período.

As três vertentes explicativas não são, necessariamente, antagônicas entre si. Não se pretende aqui posicionar-se frente às formas explicativas do contexto histórico latino-americano daquele período, tampouco objetiva-se discorrer sobre modificações ou alterações no bloco dominante, tendo em vista a impossibilidade de realizar tais análises em um espaço tão limitado. O que interessa aos objetivos deste artigo é a colaboração de Marini (2018) acerca dos resultados acarretados pelo processo de contrarrevolução latino-americana.

Em suma, o argumento do autor é organizado de modo a evidenciar como o contexto contrarrevolucionário alterou o caráter do Estado e ocasionou o que é denominado como doutrina de contrainsurgência. Nesse sentido, ao assumir um caráter de contrainsurgência o Estado passa a ser compreendido como a consagração das alianças entre forças armadas e capital monopolista, “no qual se desenvolve o processo de tomada de decisões fora da influência das demais instituições que compõem o Estado burguês clássico, como são o poder legislativo e judiciário” (MARINI, 2018, p. 8). Em síntese, o Estado de contrainsurgência “é o Estado corporativo da burguesia monopolista e das forças armadas” (MARINI, 2018, p. 8) e rege-se de acordo com a doutrina de contrainsurgência.

A doutrina de contrainsurgência estabelece formas de enfrentamento aos movimentos que se opunham às alianças estabelecidas entre as forças armadas e o capital monopolista. Desta maneira, tal doutrina se apoiava em três premissas: o aniquilamento dos opositores, a conquista das bases sociais e a institucionalização do regime. Para isso, houve uma modificação relevante na forma como os opositores eram concebidos, ou seja, deixaram de ser opositores políticos e assumiram a característica de inimigos. Estes inimigos eram concebidos como exteriores à sociedade brasileira, é dizer “como um agente infiltrado de fora que provoca no organismo social um tumor, um câncer, que deve ser extirpado” (MARINI, 2018, p. 3).

Além disso, a aniquilação dos inimigos infiltrados tinha, na perspectiva estatal, como objetivo final a manutenção da ordem democrática. Desse modo, percebe-se que ainda que se caracterizem opositores como inimigos, o Estado de contrainsurgência e a doutrina de contrainsurgência não negam a validade da democracia burguesa e se apresentam como elemento fundamental para a manutenção da mesma (MARINI, 2018).

Deste modo, a doutrina de contrainsurgência pode ser compreendida como a transformação de opositores em inimigos, compreendidos como agentes infiltrados, alheios e exteriores a sociedade brasileira e, deste modo, a perspectiva de aniquilá-los justifica-se com a idealização da manutenção da democracia. Sendo assim, três conceitos são fundamentais: a existência de inimigos, o caráter exterior dos inimigos- agentes infiltrados-, e a manutenção da ordem democrática. Na próxima subseção buscou-se correlacionar as categorias discursivas elencadas por meio da análise das reportagens dos jornais Folha de São Paulo e Correio do Povo com a conceituação de Marini (2018) sobre o Estado e a doutrina de contrainsurgência.

3.1 OS DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE O MOVIMENTO DE TRÊS PASSOS E A DOCTRINA DE CONTRAINSURGÊNCIA

Devido a escolha dos jornais de divulgarem a íntegra das notas oficiais publicadas pelo Exército sobre o movimento, é possível analisar paralelamente o discurso da mídia e o discurso do próprio Estado. Ou seja, compreender a lógica interna dos materiais jornalísticos analisados significa compreender a lógica interna do discurso produzido pelo próprio Estado acerca do movimento de Três Passos. Partindo desta premissa, nesta subseção objetiva-se traçar correspondências entre as categorias discursivas elencadas na análise documental com a produção teórica de Marini (2018).

A questão da existência de uma ordem vigente, salvaguarda da ordem democrática, concentrada na imagem do Exército, está presente no discurso das reportagens por meio dos elementos discursivos que fundamentavam a argumentação referente à atuação em âmbito restrito e à caracterização dos insurgentes como “rebeldes”, “insurretos” e “desordeiros”. Desta maneira, pensando na doutrina de contrainsurgência, percebe-se como, de fato, o Exército, por meio das notas oficiais veiculadas pelas reportagens, reproduz um discurso de protetor da democracia. A necessidade de proteger a democracia se fundamenta na ideia de que há uma ameaça à ordem, uma ameaça à instituição e manutenção da democracia no Brasil e, para isso, utiliza-se da concepção de inimigos internos.

Ora, a concepção de inimigos internos, ou seja, exteriores à sociedade brasileira, que agem ameaçando à ordem democrática pode ser identificada em dois elementos discursivos das reportagens analisadas: na baixa adesão da sociedade civil e na personificação do movimento. Ao concentrar todas as atividades de planejamento e execução da operação de Três Passos na figura de Osório, as reportagens reproduzem a ideia de que a insurgência e a oposição contra a ascensão dos militares ao poder não está presente na sociedade brasileira como um todo. Pelo contrário, está concentrada na figura de um ex-coronel, expulso da corporação pelo ato institucional 1. Desta maneira, a baixa adesão social descrita pela mídia reforça essa proposição, tendo em vista que, segundo esse discurso, não houve apoio popular ao movimento e os demais integrantes do grupo apenas seguiam às ordens do ex-coronel, sem questioná-las ou compreendê-las.

Assim sendo, os inimigos que visavam ameaçar a ordem democrática estabelecida após a ascensão dos militares ao poder eram exteriores à sociedade brasileira, infiltrados, e, por meio disso, o discurso do Exército como organização que resguardava a ordem democrática é construído e legitimado. Por conseguinte, justifica-se a necessidade de neutralização e aniquilação desses inimigos. Desta maneira, a oposição ao governo, suprimida e desestabilizada desde abril de 1964, passa a ser considerada inimiga da ordem democrática instaurada no Brasil pelos militares.

Em síntese, é possível perceber como o discurso da mídia sobre a baixa adesão ao movimento e personificação do movimento colaboram na construção da ideia de inimigos internos. E, de mesmo modo, a concepção de inimigos internos fortalece e sustenta o discurso do Exército como protetor da ordem democrática, justificando e legitimando a necessidade de as Forças Armadas intervirem no governo executivo, a fim de proteger à nação contra estas ameaças não democráticas.

Neste âmbito, evidencia-se a importância e a influência dos discursos produzidos pelo Exército e reproduzidos pela mídia na produção e reprodução da doutrina de contrainsurgência, sendo esta fundamental na caracterização do Estado de contrainsurgência proposta por Marini (2018), na qual, junto com o capital monopolista, o Exército concentra a tomada de decisões, excluindo do jogo democrático os demais poderes (legislativo e judiciário) atuando na direção oposta da normalidade democrática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente manuscrito encontra várias limitações, tanto teóricas, quanto metodológicas. Sabe-se, por exemplo, que a mídia não é o único elemento que conforma a produção e reprodução da doutrina de contrainsurgência proposta por Marini (2018). Desta maneira, faz-se necessário seguir pesquisando e analisando as diversas formas e instrumentos pelos quais a doutrina de contrainsurgência se manifesta- ou não- no contexto de Três Passos.

Entretanto, ainda que com limitações, o presente trabalho traz algumas contribuições pertinentes. Primeiramente, não há uma literatura sociológica que busque interpretar o movimento de Três Passos. Nesse sentido, a grande parte dos trabalhos produzidos sobre a temática referem-se à análise jurídica das sentenças que os insurgentes receberam. Desta maneira, a pesquisa busca colaborar nos primeiros avanços sociológicos que visem compreender e discorrer sobre as questões que perpassam o primeiro movimento armado contra a ditadura militar no Brasil.

Sobre a escolha metodológica de análise de jornais, a pesquisa colabora na compreensão da lógica interna dos discursos produzidos pelo Exército e reproduzidos pela Folha de São Paulo e pelo Correio do Povo. Desta maneira, possibilita-se a realização de análises sob diversas óticas históricas e sociológicas, contribuindo na recuperação e síntese de documentos primários sobre o movimento, possibilitado que novas pesquisas sejam desenvolvidas.

No que diz respeito ao recorte teórico escolhido, o presente artigo possibilita compreender o caráter específico dos Estados latino-americanos durante o período de ascensão de militares ao poder. O contexto micro de Três Passos colabora na identificação de pontos pertinentes ao debate realizado por Marini (2018) sobre o Estado e a doutrina de contrainsurgência, fazendo com que as concepções teóricas do autor possam ser “colocadas à prova” em uma análise empírica dos documentos.

Nesse âmbito, os aportes sobre a doutrina de contrainsurgência parecem pertinentes: a concepção de inimigos internos pode ser identificada nos elementos discursivos que remetem ao discurso sobre a baixa adesão popular, bem como sobre a personificação do movimento. Nesse sentido, ao construir discursivamente a ideia de inimigos internos, o Exército legitima e justifica a sua manutenção no poder, a fim de manter a ordem democrática, tendo em vista que a mesma se encontrava ameaçada por estes inimigos internos (infiltrados). Essa relação discursiva entre inimigos internos e manutenção da ordem pode ser identificada na relação das categorias discursivas elencadas pela pesquisa: vislumbra-se como a personificação e a baixa adesão social ao movimento justifica e legitima a ordem instituída, fundamentada na maneira como é feita a caracterização do movimento. Assim sendo, vemos como os discursos foram internamente organizados com o objetivo de lograr atribuir legitimidade ao papel do Exército como mantenedor da ordem vigente

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CADEMARTORI, L. M. D. **A operação três passos: A história, o Direito e o Político**. Dissertação (Pós-graduação em Direito)- Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Casos emblemáticos**. Volume 1, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/image/s/pdf/relatorio/volume_1_pagina_593_a_958.pdf Acessado em 04 de abril de 2020.
- CORREIO DO POVO. **Guerrilheiros aossados por patrulhas do Exército tentam escapar para a Argentina**. Folha Matutina, Porto Alegre, 1965.
- DOCUMENTOS REVELADOS. **Fotos e documentos inéditos da guerrilha de Três Passos, primeiro movimento armado contra a ditadura**. Acervo digital Documentos Revelados, 2015. Disponível em: [https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/fotos-e-documentos-ineditos-da-guerrilha-de-tres-passos-primeiro-](https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/fotos-e-documentos-ineditos-da-guerrilha-de-tres-passos-primeiro-movimento-armado-contra-a-ditadura/)
- [movimento-armado-contra-a-ditadura/](https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/fotos-e-documentos-ineditos-da-guerrilha-de-tres-passos-primeiro-movimento-armado-contra-a-ditadura/). Acessado em: 04 de abril de 2020.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Ex-coronel chefia guerrilheiros e invade cidades do Sul**. São Paulo, 1965. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29mar1965.html. Acessado em 04 de abril de 2020.
- FICO, C. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.
- GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. Companhia das Letras, Edição com fotos, São Paulo, 2002.
- MACHADO, C. C. **Da sombra à escuridão: O discurso e a memória da imprensa acerca do movimento de resistência armado de Três Passos- RS**. Monografia (Graduação em História)- Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

MARINI, M. R. **O Estado de contrainsurgência**. Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas. V. 12, N. 3, 2018.

MOTTA, S. P. R. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Revista TOPOI**, v.14, n. 26, 2013.

OLIVEIRA, A. de. **Representações da Tortura no Jornal Nosso Tempo: Direitos Humanos e opinião pública em Foz do Iguaçu 1980-1985**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Integração Latino-americana, Instituto

Latino-americano de Arte, Cultura e História, 2017.

OSÓRIO, J. **Finalmente revelado o diário do coronel Jefferson Cardim, líder da “guerrilha dos dentes de ouro”**. Acervo digital Documentos Revelados, 2017. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/repressao/finalmente-revelado-o-diario-do-coronel-jefferson-cardim-lider-da-guerrilha-dos-dentes-de-ouro/>. Acessado em 04 de abril de 2020.

PALMAR, A. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Travessa de editores, 4º Ed. Curitiba, 2012.

COUNTERINSURGENCY STATE AND DOCTRINE: THE CASE OF TRÊS PASSOS MOVEMENT

Gabriel Pancera Aver

How to cite this article: AVER, Gabriel Pancera. Estado e doutrina de contrainsurgência: o caso do Movimento de Três Passos. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 5, n. 1, e 14916. ISSN: 2525-8036.

Abstract: this article analyses the first armed movement against the military dictatorship in Brazil, named as Três Passos operation (1965). It aims to analyze the discursive construction of two newspapers about the Movement and its members. For this purpose, the reports of the Folha de São Paulo and the Correio do Povo newspapers published during the movement's activities were analyzed in order to discuss how the media, inserted in a singular context of military ascension to power, constructed its discourse. According to Marini's (2018) theoretical perspective, it was possible to identify how the counterinsurgent character assumed by the State in this period influenced the conception of the opponents of the military regime, and how the discourse of the media collaborated in the characterization of the Movement as internal enemies, external to Brazilian society, who should be annihilated in order to safeguard the democratic order. Therefore, the analysis considers the alignment of the media discourse with the one produced by the State itself and provides, through the analysis of the specific context of the Três Passos Movement, an understanding of how the doctrine of counterinsurgency was established in the context of the first armed movement against the Brazilian military dictatorship.

Keywords: counterinsurgency; State; doctrine; dictatorship; Três Passos.